



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15627 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

Os pilares das Escolas Famílias Agrícolas

Rebeca Bispo Oliveira - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA

Tatyanne Gomes Marques - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

OS PILARES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS

1 INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo, as escolas do campo vêm se reafirmando no Brasil e sendo reconhecidas na legislação, a citar a implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo e das Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento à Educação Básica do Campo. Com a atuação dos movimentos sociais do campo, avanços ocorrem no cenário educacional e conquistas são materializadas na esfera das políticas públicas, como por exemplo, o Decreto nº 7.352/2010 que afirma a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e determina normas ao Estado para garantir uma educação de qualidade e contextualizada aos povos do campo.

Com a edificação das escolas do campo a partir da base do Movimento da Educação do Campo e das lutas coletivas dos sujeitos camponeses, não se ergue apenas um projeto de educação na direção de garantir escolas que estejam nas comunidades camponesas, mas um projeto na contramão do capital e dos ideais da educação rural, escolas construídas para e com os povos do campo, valorizando

as lutas e os fazeres dos territórios camponeses.

Molina e Sá (2012) afirmam que a concepção de escola do campo brota das contradições da luta social e das experiências educativas elaboradas pelos(as) trabalhadores(as) camponeses(as) e, assim, ela se coloca em um movimento oposto ao que historicamente é ofertado enquanto educação rural aos povos do campo em uma disputa contra hegemônica.

Dessa forma, identificamos que a escola do campo não se edifica apenas nas práticas pedagógicas ou na garantia do acesso ao conhecimento científico. Parte de uma conexão com as lutas e vivências do campo, do entendimento sobre os projetos em disputa na sociedade, da propagação de uma visão e formação crítica, bem como da promoção de socializações e partilhas entre escola-família-comunidade.

Nessa lógica, há mais de 50 anos no Brasil as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) vêm realizando um trabalho de formação escolar para os(as) filhos(as) de trabalhadores(as) do campo. Através da Pedagogia da Alternância, que passa reconhecida por lei via o Parecer CNE/CBE nº1, de 02 de fevereiro de 2006 afirmando a aplicação dos dias letivos da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), unindo dois tempos e espaços (tempo família-comunidade e tempo escola) com mediações pedagógicas específicas. Com seu conjunto de ferramentas e atividades didáticas, as EFAs promovem uma formação contínua dirigida por diversos(as) educadores(as), elas transformam o contexto educacional de jovens camponeses(as), executando ações pedagógicas e sociais entre escola-família-comunidade, sob a base da Pedagogia da Alternância, Associação Local, Formação Integral e Desenvolvimento do Meio.

O presente trabalho propõe uma discussão sobre as EFAs ao realizar um recorte para os seus pilares, sendo eles a base para o encaminhamento dos trabalhos pedagógicos e administrativos das instituições. Ao fazer essa reflexão, pretendemos contribuir para a ampliação do debate do processo histórico das EFAs e do fortalecimento de projeto de escola vinculado ao modo de vida camponês, olhando para os caminhos e bases de construção e solidificação de uma EFA.

Para a elaboração do texto, contamos com a pesquisa bibliográfica e documental. Fizemos uso de referenciais teóricos já publicados sobre a temática que, segundo Gil (2008), o acesso aos materiais bibliográficos nos permite atingir uma cobertura mais ampla de informações, principalmente, dos dispersos pelo espaço para sustentar as nossas pesquisas. Enquanto pesquisa documental, utilizamos de legislações que, apesar de serem fontes primárias sem tratamento analítico, Lüdke e André (1986) alegam que podem ser ótimas vias de obter

informações sobre o contexto em foco.

O texto segue estruturado em duas partes para além da introdução e considerações finais: A primeira, que expõe uma breve contextualização do surgimento das EFAs no Brasil, e a segunda, que dá ênfase aos pilares das EFAs, apresentando a atuação de cada um para o desenvolvimento e articulação das escolas.

2 AS PRIMEIRAS SEMENTES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS NO BRASIL

A chegada das EFAs ao Brasil é mobilizada pelo padre Jesuíta Humberto Pietrogrande em pleno regime de Ditadura Militar, período de várias mobilizações populares e movimentos sociais. Assim, ele provoca lideranças políticas, religiosas e camponesas do estado do Espírito Santo para a criação de uma escola com base na Pedagogia da Alternância. Em 1969, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) inicia a primeira experiência escolar por Alternância no país, nascendo a 1ª EFA no município de Anchieta – ES, inspirada nas experiências da França e Itália, onde foi o berço da Pedagogia da Alternância (Nosella, 2019).

As EFAs se inserem no país com de objetivo formar a juventude camponesa, prestando um serviço que potencializasse a valorização do meio rural e evitasse a migração desses sujeitos de seus territórios. Para isso, oferta uma educação voltada para as atividades agrícolas sem perder de vista a dimensão crítica e emancipatória do projeto e o acesso a outros conhecimentos. O movimento dessas escolas se expande pelo estado do Espírito Santo e, em 1975, ultrapassa os seus muros e chega ao estado da Bahia, na cidade de Brotas de Macaúbas, que contou principalmente com a mobilização do padre italiano Aldo Lucchetta e as lideranças locais. Ao avançar das escolas por alternância, viu-se a necessidade de outras associações para além do MEPES para auxiliar no processo organizativo. Dessa forma, criam-se associações a nível regional e nacional, a exemplo da União Nacional das Escolas Família Agrícola Brasileira (UNEFAB) nascida em 1982 (Begnami; De Burghgrave, 2012; AECOFABA, 2019).

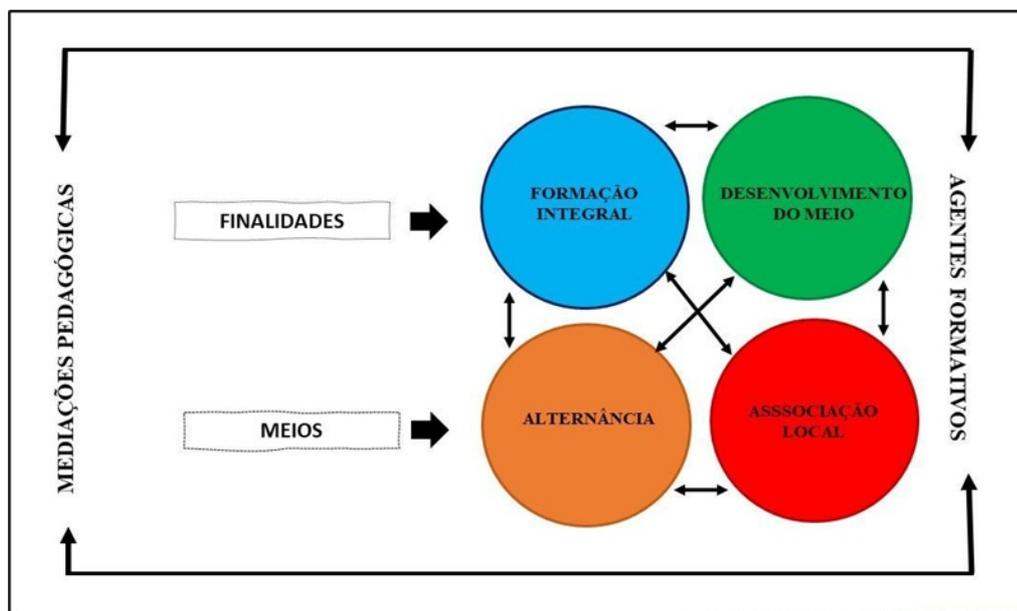
Com essa base, as EFAs seguem crescendo na construção de um projeto de educação popular, camponês e comunitário, que tem, em suas gêneses as mãos, lutas e ideologia dos povos do campo. Escolas que não se condicionam ao modelo de instituições do Estado, mas geram e gerenciam um modelo de educação coordenado pelos sujeitos que as constroem e um processo de formação crítico, emancipatório e autônomo. Posto isto, na seção a seguir, pretendemos especificar como elas se desenvolvem a partir dos seus pilares.

2.1 AS CARACTERÍSTICAS E OS PRINCÍPIOS DOS PILARES DE UMA EFA

As EFAs são instituições escolares gerenciadas por associações formadas pelas famílias de estudantes, parceiros(as) e instituições, preferencialmente com vinculação ao campo, prestando uma formação integral por meio da alternância. Promovem o desenvolvimento do meio socioprofissional, considerando os valores históricos e culturais dos povos do campo. Elas atendem a adolescentes, jovens e adultos do campo, a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, com pré-qualificação profissional e qualificação profissional integrada ao Ensino Médio, com uma matriz curricular organizada por disciplinas da Base Nacional Comum e com uma parte diversificada de acordo com a modalidade e eixo temático de cada curso (AECOFABA, 2019; UNEFAB, 2019).

Para que essas instituições realizem seus trabalhos pedagógicos e administrativos, precisam ter por base quatro pilares, que são divididos em duas finalidades e dois meios. As finalidades são compostas por Formação Integral e Desenvolvimento do Meio; e os meios por Alternância e a Associação Local. Ou seja, mediante as ações da Associação e da Alternância, as EFAs conseguem materializar uma Formação Integral dos(as) estudantes e o Desenvolvimento do Meio dos espaços que esses sujeitos estejam inseridos.

Figura 1- Configuração dos quatros pilares das EFAs



Fonte: Adaptado de Gimonet, 2007.

Ao observarmos a figura 1, podemos verificar o elo existente entre os pilares.

Apesar de suas particularidades, nenhum pilar trabalha isolado, caso contrário, os objetivos coletivos e a educação contextualizada frisada pelas EFAs não seriam alcançados. A partir das referências de García-Marirrodrga e Puig-Calvó (2010), AECOFABA (2019) assim como Benísio e Costa (2019), no quadro 1, compreendemos a atuação de cada pilar.

Quadro 1- Classificação dos pilares de uma EFA

PILAR	RESPONSABILIDADE
ASSOCIAÇÃO LOCAL	Responsável pela gestão administrativa e o acompanhamento dos trabalhos pedagógicos e dos trabalhadores(as) da escola. Tem como função também a captação de recursos financeiros, a manutenção das parcerias e o fortalecimento das ações comunitárias e do desenvolvimento local, sustentável e solidário e cooperar junto às associações das comunidades, regiões e territórios que atendem.
ALTERNÂNCIA	Articula o trabalho e estudo em dois tempos e espaços (tempo família-comunidade e tempo escola) de maneira integrativa, envolvendo todos os sujeitos do processo formativo: estudantes, famílias, comunidades, educadores(as) e profissionais do meio socioprofissional.
FORMAÇÃO INTEGRAL	Vincula várias dimensões, proporcionando que o(a) estudante torne-se sujeito-autor de sua própria formação. Trabalha com as esferas profissional, social, humana, ético, espiritual, ou seja, compreende que o(a) estudante pode instruir-se em todas as esferas da sociedade, ir além dos conhecimentos escolares.
DESENVOLVIMENTO DO MEIO	Opera de maneira que os(as) estudantes sejam sujeitos ativos em seu meio, elevando a sua comunidade e território a melhoras em vários níveis através da materialização dos conhecimentos captados na sessão escolar a fim de afirmar melhores condições de vida para permanência no campo.

Fonte: Elaboração própria (Oliveira, 2024) a partir das referências de AECOFABA (2019), Benísio e Costa (2019) e García-Marirrodrga e Puig-Calvó (2010).

Begnami e Justino (2023) explicam que a Associação é vital para a garantia da organização e vínculo das famílias e escola, já que é um canal de participação e protagonismo que potencializa uma gestão participativa ativa para construir e elevar a instituição, o que é crucial para concretizar a Alternância e executar a práxis na articulação entre escola-família-comunidade. Logo, para atingir a Formação Integral e alcançar a evolução de todo o conjunto que faz a instituição, além de promover uma formação humana, libertadora, crítica e emancipatória. Formação que irá estimular o Desenvolvimento do Meio a fim de fortalecer o projeto de campo desenhado pelos povos camponeses e assumindo a Agroecologia enquanto ciência, prática e modo de vida como eixo na formação dos(as) estudantes, além

de inserir a discussão e defesa das lutas sociais que circulam no seio de vida dos sujeitos camponeses.

Nesse contexto, podemos comparar os quatro pilares às “pernas” de uma mesa. Embora cada uma se localize em uma lateral, sem uma das pernas a mesa começa a perder o equilíbrio e a retirada de mais uma tende à queda apenas para um lado. Essa comparação nos ajuda a entender que, mesmo atribuindo responsabilidade a cada pilar, o elo entre eles é fundamental para a execução das atividades planejadas pela EFA e sua existência, ou seja, é a sustentação dessa construção.

3 PALAVRAS FINAIS

As EFAs, erguidas no bojo das lutas dos povos do campo, protagoniza uma educação alicerçada nos princípios comunitários, na cooperação e ação dos sujeitos que a constroem. Assim, consegue efetivar uma educação que vai além da escolarização e respeita os modos de vida, processos de luta e valores culturais dos povos do campo. Fatos que representam os princípios de cada pilar que a sustenta e nos auxilia a refletir a relevância de uma escola vinculada à vida no campo mediante ações coletivas, uma escola que não é refém das lógicas do capital

Portanto, a experiência das EFA no Brasil demonstra que é possível operar um projeto de educação que une diversas dimensões sem perder de vista os conhecimentos acumulados historicamente, bem como provocar mudanças sociais que vão para além da esfera educacional representando avanços no campo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Escolas Famílias Agrícolas; Pilares.

REFERÊNCIAS

AECOFABA- ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES E FAMÍLIAS DA BAHIA. AECOFABA Associação das Escolas das Comunidades e Famílias da Bahia: 40 anos a serviço da educação do e no campo. 1979 – 2019. **REVISTA AECOFABA**. Riacho de Santana, 2019.

BEGNAMI, João Batista; DE BURGHGRAVE, Thierry. Construção da Pedagogia da Alternância no Brasil: desafios e perspectivas. Posfácio. *In*: NOSELLA, Paolo. **ORIGENS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL**. Vitória: Edufes, 2012.

BEGNAMI, João Batista; JUSTINO, Érica Fernanda. **FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NA**

EDUCAÇÃO DO CAMPO. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

BENÍSIO, Joel Duarte; COSTA, Tiago Pereira da (Orgs.). Eixos temáticos-constatações e proposições para os CEFFA's e a Pedagogia da Alternância. *In:* BENÍSIO, Joel Duarte; COSTA, Tiago Pereira da (Orgs.). **ANAIS DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DO BRASIL (CONPAB) E I COLÓQUIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL.** Salvador, Bahia, Brasil: UNEFAB, 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, Brasília, Seção 1, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PARECER CNE/CEB Nº 1, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2006.** Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Brasília: CNE/MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, Roberto; PUIG-CALVÓ, Pedro. **FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: o movimento educativo dos CEFFA no mundo.** Tradução de Luiz da Silva Peixoto, João Batista Begnami, Thierry De Burghgrave, Francisco Trevisan e Laine Fátima Ulegon Trevisan – Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMONET, Jean-Claude. **PRATICAR E COMPREENDER A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA DOS CEFFAs.** Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rural, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. *In:* CALDART, Roseli Salete et. al (Orgs.). **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NOSELLA, Paolo. A Pedagogia da Alternância no Espírito Santo (MEPES): Proposta para avaliação de cinquenta anos de prática. *In:* FOERSTE, Erineu *et al.* (Orgs.). **PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: 50 anos em terras brasileiras- memórias, trajetórias e desafios.** – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.

UNEFAB- UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL. **Os CEFFAs.** Piúma, ES: UNEFAB, 2019.